Demonstrações Financeiras

Junho
2024

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50

Cargill®

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2

BALANÇOS PATRIMONIAIS 4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 6

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 7

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 8

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 9

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 24

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill") referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

O cenário econômico no primeiro semestre de 2024 apresentou aumento de incertezas globais com desinflação nas economias desenvolvidas ocorrendo em um ritmo ainda lento e inflações acima das metas. Com isso, os bancos centrais indicam cautela e incerteza no início do corte de juros. Nos EUA, a política monetária permaneceu com o desafio de reduzir a taxa de inflação em um contexto de atividade muito aquecida. O mercado de trabalho não mostrou sinais de desaceleração e o setor de serviços indicava dinâmica robusta. O FED manteve a taxa inalterada (FED Funds Rate) em 5,5%, e seus diretores demonstram cautela para o início do afrouxamento monetário indicando em seus discursos que precisam de números mais consistentes para o início do corte da taxa.

Na Europa, o primeiro semestre se manteve muito parecido com o final do ano anterior, indicadores da indústria e de serviços continuam sinalizando um desempenho fraco. O ECB (Banco Central Europeu) demonstrou preocupação com a inflação ainda elevada e persistente, mas cortou a taxa de juros marginalmente uma vez no primeiro semestre de 2024, para o patamar de 4,25%, e sinalizou que novas decisões irão depender dos indicadores de inflação e atividade.

A atividade econômica no Brasil apresentou moderado crescimento nos primeiros meses de 2024. O indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) apresentou avanço de 1,66% em 12 meses, sendo favorecido pelo recuo da taxa de juros real e pelo pagamento de precatórios no final do ano anterior. A inflação IPCA registrou alta de 2,48% no primeiro semestre do ano e acumula 4,23% nos últimos doze meses, permanecendo dentro do limite superior da meta (3% com tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo).

A taxa básica de juros Selic encerrou o primeiro semestre em 10,50% a.a., decidida na reunião do dia 20 de junho de 2024 com a manutenção da taxa depois de sete cortes seguidos iniciado em agosto de 2023, quando a taxa era 13,75% a.a. O Banco Central reafirmou o compromisso com a meta de inflação e ancoragem de expectativas.

No Brasil, o ambiente externo mais adverso somado às incertezas fiscais interromperam a dinâmica positiva do Real, que apresentou desvalorização no período. No final de junho, o Real estava cotado a BRL $5,5589/USD, depreciando-se cerca de 15% no primeiro semestre do ano.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o primeiro semestre de 2024 com R$ 3.164.011 mil em ativos (R$ 3.136.265 mil em dezembro de 2023), ligeira alta em relação ao apresentado no exercício de 2023 e a carteira de crédito apresentou decréscimo de 8,6% atingindo R$ 2.154.087 mil (R$ 2.357.085 mil em dezembro de 2023). Além disso, encerrou o semestre com lucro de R$ 23.643 mil (R$ 23.785 mil em 2023).

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços financeiros a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

A Cargill tem como propósito nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável. A companhia trabalha em estreita colaboração com diversos atores sociais para transformar as indústrias alimentícia e agrícola e para contribuir com alguns dos maiores desafios da sociedade: segurança alimentar e descarbonização. No entanto, sabemos que para impactar positivamente estas questões globais, devemos primeiro efetuar mudanças em nossos próprios negócios. É por isso que focamos nossa estratégia de sustentabilidade em três áreas: Clima, Terra e Água e Pessoas. Dentro dessas três áreas, temos compromissos e metas específicas, que proporcionam clareza sobre as questões mais importantes que procuramos abordar por meio de nossas soluções, cadeias de fornecimento, parcerias e gestão de nossas operações e negócios. Mais informações podem ser obtidas em nosso ESG Report <https://www.cargill.com/sustainability/2023-esg-report>.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	Jun/2024	Dez/2023
CIRCULANTE		**1.693.943**	**2.275.153**
Disponibilidades	4	34.318	57.911
Instrumentos financeiros		1.649.727	2.200.605
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	607.457	528.344
Títulos e valores mobiliários	5b	99.554	71.315
Operações de crédito - setor privado	6a	732.789	817.882
Carteira de câmbio	7	209.927	783.064
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(5.247)	(6.240)
Outros créditos, valores e bens		5.598	11.709
Negociação e intermediação de valores	5c	1.080	–
Diversos	8	4.518	11.709
Ativos fiscais diferidos	12c	9.547	11.168
NÃO CIRCULANTE		**1.470.068**	**861.112**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**1.469.954**	**860.998**
Instrumentos financeiros		1.445.184	831.535
Títulos e valores mobiliários	5b	74.784	95.422
Operações de crédito - setor privado	6a	262.780	122.815
Carteira de câmbio	7	1.107.620	613.298
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(12.423)	(11.252)
Outros créditos, valores e bens		24.758	24.637
Diversos	8	24.758	24.637
Ativos fiscais diferidos	12c	12.435	16.078
INVESTIMENTOS		**1**	**1**
INTANGÍVEL		**113**	**113**
TOTAL DO ATIVO		**3.164.011**	**3.136.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R$)

PASSIVO	Nota	Jun/2024	Dez/2023
CIRCULANTE		**783.113**	**1.354.705**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		768.511	1.328.927
Depósitos	9	98.714	2.894
Empréstimos no exterior	10	243.109	984.887
Repasses do exterior	11	390.922	330.779
Carteira de câmbio	7	35.766	10.367
Provisões	13a	1.343	987
Outras obrigações		13.259	24.791
Recursos em trânsito de terceiros	19a	1.906	18.496
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3	3
Negociação e intermediação de valores	5c	–	145
Obrigações fiscais correntes	13b	11.269	5.893
Obrigações fiscais diferidas	12b	81	254
NÃO CIRCULANTE		**1.533.085**	**956.607**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.505.984	932.190
Empréstimos no exterior	10	1.189.635	613.313
Repasses do exterior	11	316.349	318.877
Provisões	13a	27.008	24.248
Outras obrigações		93	169
Obrigações fiscais diferidas	12b	93	169
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**847.813**	**824.953**
Capital social	15a	824.436	824.436
De domiciliados no país		514.077	514.077
Reservas de lucros		310.359	310.359
Outros resultados abrangentes	5b	(266)	517
Lucros acumulados		23.643	–
TOTAL DO PASSIVO		**3.164.011**	**3.136.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2024	2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**399.938**	**49.240**
Operações de crédito	17a	140.852	5.114
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17b	40.795	44.126
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17c	18.431	–
Resultado de operações de câmbio	17f	199.860	–
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(346.393)**	**(114.993)**
Operações de captação no mercado	17d	(711)	(4)
Operações de empréstimos e repasses	17e	(345.682)	(45.591)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17c	–	(59.298)
Resultado de operações de câmbio	17f	–	(10.100)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**53.545**	**(65.753)**
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6f	**(178)**	**7.491**
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		**(10.418)**	**101.836**
Receitas de prestação de serviços		1.756	892
Despesas de pessoal	17g	(1.693)	(1.565)
Outras despesas administrativas	17h	(5.658)	(15.015)
Despesas tributárias	17i	(2.834)	(4.523)
Outras receitas operacionais	17j	99	147.012
Outras despesas operacionais	17k	(2.088)	(24.965)
RESULTADO OPERACIONAL		**42.949**	**43.574**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**42.949**	**43.574**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12a	**(19.306)**	**(19.789)**
Provisão para imposto de renda		(7.671)	–
Provisão para contribuição social		(6.154)	–
Ativo fiscal diferido		(5.481)	(19.789)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE		**23.643**	**23.785**
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		**514.077.492**	**514.077.492**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO SEMESTRE - R$1,00		**0,05**	**0,05**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE		**23.643**	**23.785**
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		**(783)**	**276**
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5a	(1.423)	502
Efeito fiscal		640	(226)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE		**22.860**	**24.061**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais - R$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**454.197**	**32.752**	**33.213**	**243.232**	**259**	**–**	**763.653**
Aumento de capital	32.752	(32.752)	–	–	–	–	–
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda, líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	276	–	276
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	23.785	23.785
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	**486.949**	**–**	**33.213**	**243.232**	**535**	**23.785**	**787.714**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**486.949**	**27.128**	**36.659**	**273.700**	**517**	**–**	**824.953**
Aumento de capital	27.128	(27.128)	–	–	–	–	–
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda, líquido de impostos (nota 5a)	–	–	–	–	(783)	–	(783)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	23.643	23.643
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	**514.077**	**–**	**36.659**	**273.700**	**(266)**	**23.643**	**847.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R$)

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS	**55.520**	**41.126**
Lucro líquido ajustado	44.644	35.685
Lucro no semestre antes do imposto de renda e contribuição social	42.949	43.574
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	178	(7.491)
Provisão para contingências	1.517	(398)
Variação de ativos e obrigações	10.876	5.441
(Aumento)/Redução de títulos e valores mobiliários e derivativos	(9.024)	(14.572)
(Aumento)/Redução de operações de crédito	(54.872)	758.583
(Aumento)/Redução de outros créditos	84.654	(1.179.782)
(Aumento)/Redução de outros valores e bens	(66)	47
(Redução) de depósitos	95.820	14.471
Aumento/(Redução) de recursos em trânsito de terceiros	(16.590)	(2.233)
Aumento/(Redução) de obrigações por empréstimos	(165.456)	(341.231)
Aumento/(Redução) de obrigações por repasses	57.615	(525.887)
(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	–	60.502
(Redução) de outras obrigações	21.772	1.239.261
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.977)	(3.718)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**55.520**	**41.126**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	586.255	577.816
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	641.775	618.942
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**55.520**	**41.126**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 6° Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira.
O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos e serviços bancários como empréstimos, financiamentos, soluções contra variação cambial (*hedge*) e operações de câmbio. O controlador direto do Banco é a Cargill Participações Ltda. e o acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei n° 11.638/07 e pela Lei n° 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.
As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 28 de agosto de 2024.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN n° 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

• *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.

• *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Outros resultados abrangentes". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(Em milhares de reais - R$)

(e) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, exceto quando são renegociadas e reativadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(f) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(g) Investimentos e intangível

É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 1º de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos anualmente, no mínimo, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável a ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(i) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Passivos contingentes - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.

(k) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 20 mensais; e contribuição social - 20%.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(Em milhares de reais - R$)

(l) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j.

(m) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Real, que é sua moeda funcional e de apresentação.

(n) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

- Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

Não houve resultado considerado não recorrente em junho de 2024 e de 2023.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Disponibilidades	34.318	57.911
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 5a)	607.457	528.344
	641.775	**586.255**

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	**607.457**	**528.344**

(b) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	Jun/2024				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
Carteira própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.237	74.784	81.021	81.260	(239)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	93.317	–	93.317	93.562	(245)
	99.554	**74.784**	**174.338**	**174.822**	**(484)**

Papel/vencimento	Dez/2023				
	Valor de mercado			Valor de curva	Ajuste a mercado
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
Carteira própria					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.212	75.222	76.434	76.128	306
Vinculados à prestação de garantias					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.103	20.200	90.303	89.670	633
	71.315	**95.422**	**166.737**	**165.798**	**939**

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi uma perda de R$ 484 (ganho de R$ 939 em dezembro de 2023), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R$ 266 de perda (ganho de R$ 517 em dezembro de 2023), líquidos dos efeitos tributários.

(Em milhares de reais - R$)

(c) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

- **Contratos futuros**

Tipo	Jun/2024				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	-	19.476	99.432	74.788	193.696
Moeda estrangeira:					
Venda DOL	53.250	-	-	-	53.250
	53.250	**19.476**	**99.432**	**74.788**	**246.946**

Tipo	Dez/2023				
	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	100	36.024	71.255	95.141	202.520
Moeda estrangeira:					
Venda DOL	38.952	-	-	-	38.952
	39.052	**36.024**	**71.255**	**95.141**	**241.472**

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a receber em 30 de junho de 2024 é de R$ 1.080 (ajuste a pagar de R$ 145 em dezembro de 2023), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

(a) Por tipo de operação

Descrição	Jun/2024		Dez/2023	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	1.158.518	53,78	1.416.388	60,09
Financiamentos à exportação	839.112	38,96	724.400	30,73
Financiamentos à exportação indireta	152.301	7,07	212.133	9,00
Empréstimos	4.156	0,19	4.164	0,18
	2.154.087	**100,00**	**2.357.085**	**100,00**
Operações de crédito - Circulante	732.789	34,02	817.882	34,70
Carteira de câmbio - Circulante	158.969	7,38	788.909	5,21
Operações de crédito - Longo prazo	262.780	12,20	122.815	33,47
Carteira de câmbio - Longo prazo	999.549	46,40	627.479	26,62

(Em milhares de reais - R$)

(b) Por vencimento

Descrição	Jun/2024		Dez/2023	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	14.781	0,69	–	–
A vencer até 3 meses	217.580	10,10	423.293	17,96
A vencer de 3 a 12 meses	659.397	30,61	1.183.498	50,21
A vencer de 1 a 3 anos	1.164.288	54,05	718.078	30,46
A vencer de 3 a 5 anos	70.538	3,27	12.383	0,53
Acima de 5 anos	27.503	1,28	19.833	0,84
	2.154.087	**100,00**	**2.357.085**	**100,00**

(c) Por setor de atividade

Descrição	Jun/2024		Dez/2023	
	Valor	%	Valor	%
Outros serviços	1.434.391	66,59	1.567.896	66,52
Pessoas físicas	719.696	33,41	789.189	33,48
	2.154.087	**100,00**	**2.357.085**	**100,00**

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% sobre o valor liberado em cada operação ativa vinculada. Em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 a carteira de operações vinculadas era composta pelos valores abaixo.

Descrição	Jun/2024			
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.158.518	–	41.906	–
Operações de crédito - Empréstimos	510.544	–	85.342	–
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	152.301	–	29.855	–
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.280.443	–	(40.866)
Repasses do exterior	–	510.484	–	(84.886)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	–	152.301	–	(29.593)
	1.821.363	**1.943.228**	**157.103**	**(155.345)**

Descrição	Dez/2023		Jun/2023	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.416.388	–	35.737	–
Operações de crédito - Financiamentos à exportação	478.249	–	–	(11.978)
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	212.133	–	–	(5.940)
Empréstimos no exterior - Exportação	–	1.386.067	–	(34.445)
Repasses do exterior	–	478.197	12.250	–
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	–	212.133	6.263	–
	2.106.770	**2.076.397**	**54.250**	**(52.363)**

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	Jun/2024				
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.398.439	–	1.398.439	64,92	–
A	641.729	–	641.729	29,79	3.209
B	47.269	14.781	62.050	2,88	620
C	37.896	–	37.896	1,76	1.137
E	1.812	–	1.812	0,08	543
H	12.161	–	12.161	0,57	12.161
	2.139.306	**14.781**	**2.154.087**	**100,00**	**17.670**

Nível	Dez/2023			
	Parcelas a vencer	Total	%	Valor da Provisão
AA	1.482.889	1.482.889	62,91	–
A	702.808	702.808	29,82	3.514
B	83.188	83.188	3,53	832
C	75.416	75.416	3,20	2.262
E	2.714	2.714	0,11	814
H	10.070	10.070	0,43	10.070
	2.357.085	**2.357.085**	**100,00**	**17.492**

(Em milhares de reais - R$)

(f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Saldo inicial	17.492	23.436
Constituição	2.498	13.107
Reversão	(2.320)	(19.051)
Saldo final	**17.670**	**17.492**
Operações de crédito - Circulante	5.247	6.240
Operações de crédito - Longo prazo	12.423	11.252

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo (R$ 8.371 em dezembro de 2023), e não houve renegociações (R$ 13.029 em dezembro de 2023).

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	Jun/2024	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.264.777	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	52.770	–
Obrigações por compra de câmbio	–	1.141.514
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.105.748)
	1.317.547	**35.766**
Circulante	209.927	35.766
Longo prazo	1.107.620	–

Descrição	Dez/2023	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.335.448	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	60.914	–
Obrigações por compra de câmbio	–	1.365.841
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.355.474)
	1.396.362	**10.367**
Circulante	783.064	10.367
Longo prazo	613.298	–

8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Devedores por depósitos em garantia (nota 14a)	24.248	24.248
Impostos e contribuições a compensar	4.366	11.603
Créditos Vinculados - Banco Central	436	294
Adiantamento e antecipações salariais	109	8
Outros	117	193
	29.276	**36.346**
Circulante	4.518	11.709
Longo prazo	24.758	24.637

9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Jun/2024		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	66.067	31.708	97.775
Pessoas físicas	927	–	927
Sociedades ligadas	12	–	12
	67.006	**31.708**	**98.714**

Segmento de mercado	Dez/2023		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	585	1.238	1.823
Pessoas físicas	1.059	–	1.059
Sociedades ligadas	12	–	12
	1.656	**1.238**	**2.894**

(Em milhares de reais - R$)

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Jun/2024			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	51.725	121.082	1.107.636	1.280.443
Empréstimos do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	27.456	42.846	81.999	152.301
	79.181	**163.928**	**1.189.635**	**1.432.744**

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2023				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	279.216	329.034	164.504	613.313	1.386.067
Empréstimos do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	20.801	185.732	5.600	–	212.133
	300.017	**514.766**	**170.104**	**613.313**	**1.598.200**

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 4,50% a.a. a 12,00% a.a. (4,50% a.a. a 11,43% a.a. em dezembro de 2023).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Jun/2024				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	36.138	39.541	313.017	121.788	510.484
Repasses do exterior - Resolução BCB n° 278/22	–	2.226	–	194.561	196.787
	36.138	**41.767**	**313.017**	**316.349**	**707.271**

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2023				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN n° 2.921/02	24.972	248.884	54.910	149.431	478.197
Repasses do exterior - Resolução BCB n° 278/22	–	2.013	–	169.446	171.459
	24.972	**250.897**	**54.910**	**318.877**	**649.656**

Obrigações por repasses do exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 5,93% a.a. na forma da Resolução BCB n° 278/22 (6,06% a.a. em dezembro de 2023), e de 6,75% a.a. a 13,8% a.a. na forma da Resolução CMN n° 2.921/02 (6,75% a.a. a 14,4% a.a. em dezembro de 2023).

12. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL)	42.949	43.574
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45%	(19.327)	(19.608)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes e temporárias:		
Despesas indedutíveis	–	(181)
Outros	21	–
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(19.306)**	**(19.789)**

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n° 4.842/20, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2023	Constituição	Reversão	30/06/2024
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	423	–	(423)	–
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	–	174	–	174
	423	**174**	**(423)**	**174**

(c) Ativo fiscal diferido

- **Natureza e origem dos créditos tributários**

Descrição	31/12/2023	Constituição	Reversão	30/06/2024
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.871	45.753	(45.672)	7.952
Prejuízo Fiscal	12.927	56.969	(62.828)	7.068
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.062	13.489	(12.807)	6.744
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	–	218	–	218
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	386	880	(1.266)	–
Total dos créditos registrados	**27.246**	**117.309**	**(122.573)**	**21.982**

(Em milhares de reais - R$)

- **Expectativa e realização dos créditos tributários**

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	5.301	4.246	9.547
Até 2 anos	98	78	176
Até 3 anos	9	7	16
Até 4 anos	3.047	2.438	5.485
Até 5 anos	7	6	13
Acima de 5 anos	6.442	303	6.745
Total	**14.904**	**7.078**	**21.982**

- **Valor presente dos créditos tributários**

O valor presente dos créditos tributários é de R$ 14.968 (R$ 18.750 em dezembro de 2023), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais trazido a valor presente pela taxa SELIC.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

(a) Provisões

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Provisão para contingências (nota 14a)	25.765	24.248
Receita diferida	1.757	–
Despesas de pessoal	476	298
Auditoria Externa [1]	8	242
Outros	345	447
	28.351	**25.235**
Circulante	1.343	987
Não circulante	27.008	24.248

[1] Os honorários de auditoria sobre as demonstrações contábeis totalizam R$ 316 para o exercício de 2024.

(b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	10.673	–
PIS e COFINS	445	414
Impostos e contribuições sobre salários	86	128
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	59	12
Imposto Sobre Serviços - ISS	2	38
Impostos e contribuições a recolher	–	5.301
Outros	4	–
Circulante	**11.269**	**5.893**

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de junho de 2024 e dezembro de 2023

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Saldo da provisão no início do exercício	24.248	24.819
Adição	1.517	–
Reversão	–	(571)
Saldo da provisão no fim do exercício	**25.765**	**24.248**

Os valores de provisão de natureza cível, fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados no quadro abaixo.

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	Jun/2024	Dez/2023	Jun/2024	Dez/2023
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
CÍVEIS	1.517	–	–	–
	25.765	**24.248**	**24.248**	**24.248**

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei n° 9.715/98 e Lei Complementar n° 70/91 e não nos moldes da Lei n° 9.718/98, desde a data-base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2024, as provisões totalizaram R$ 23.192 (R$ 23.192 em dezembro 2023).

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 30 de junho de 2024, as provisões totalizaram R$ 1.056 (R$ 1.056 em dezembro 2023).

(Em milhares de reais - R$)

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R$ 90.905 (R$ 88.178 em dezembro 2023) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98 - autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R$ 16.622 (R$ 16.330 em dezembro 2023).
- Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R$ 12.117 (R$ 11.786 em dezembro 2023).
- Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre os Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R$ 62.045 (R$ 59.943 em dezembro 2023).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 514.077.492 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma (514.077.492 em dezembro de 2023).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 32.752 com emissão de 32.752.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2023.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 27.128 com emissão de 27.128.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 12 de abril de 2024.

(b) Remuneração dos acionistas

Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(d) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

16. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

- Depósitos à vista:
  - Cargill Prolease Locação de Bens Ltda;
  - SJC Bioenergia S.A.
- Obrigações por empréstimos:
  - Cargill Financial Services International Inc.
- Obrigações por repasses do exterior:
  - Cargill Financial Services International Inc.
- Valores a pagar/serviços técnicos especializados:
  - Cargill Agrícola S.A.

Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun/2024	Dez/2023	Jun/2024	Jun/2023
Obrigações por empréstimos	(1.432.744)	(1.598.200)	(228.957)	(28.182)
Obrigações por repasses do exterior	(707.271)	(649.656)	(116.725)	(17.409)
Valores a pagar/serviços técnicos	(57)	(161)	(284)	(329)
Depósitos à vista	(12)	(12)	–	–

17. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

(a) Operações de crédito

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Rendas de financiamentos a exportação	140.442	1.972
Rendas de empréstimos	410	271
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	–	2.871
	140.852	**5.114**

(Em milhares de reais - R$)

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Aplicações interfinanceiras de liquidez	31.801	34.586
Títulos de renda fixa	8.994	9.540
	40.795	**44.126**

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Contratos futuros	11.519	(6.040)
Contratos de operações a termo	6.912	(57.744)
Outros derivativos	–	4.486
	18.431	**(59.298)**

(d) Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Depósito a prazo - CDB	676	–
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	35	4
	711	**4**

(e) Despesas com operações de empréstimos e repasses

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	228.957	28.182
Despesas com repasses do exterior	116.725	17.409
	345.682	**45.591**

(f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Resultado com variação cambial	154.247	(61.244)
Resultado de operações de câmbio	40.861	34.450
Resultado com prêmios sobre interbancário	1.651	15.112
Outros	3.101	1.582
	199.860	**(10.100)**

(g) Despesas de pessoal

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Proventos	1.108	1.016
Encargos sociais	453	418
Benefícios	119	114
Outros	13	17
	1.693	**1.565**

(h) Outras despesas administrativas

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Processamento de dados	2.114	1.441
Serviços técnicos e especializados	2.041	11.303
Emolumentos judiciais e cartorários	519	421
Serviços de terceiros	396	5
Serviços do sistema financeiro	148	158
Contribuição a entidades de classe	142	138
Aluguel	97	97
Contribuições e Doações	–	1.282
Outros	201	170
	5.658	**15.015**

(i) Despesas tributárias

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Contribuição à COFINS	2.159	3.676
Contribuição ao PIS	354	600
ISS	123	75
CIDE	67	61
Outros	131	111
	2.834	**4.523**

(Em milhares de reais - R$)

(j) Outras receitas operacionais

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	–	145.986
Comissões de estruturação de operações financeiras	43	–
Atualização de impostos a compensar	56	627
Outros	–	399
	99	**147.012**

(k) Outras despesas operacionais

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Provisão para contingências cíveis	1.517	–
Despesas de comissões	536	383
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	–	24.402
Outros	35	180
	2.088	**24.965**

18. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

(a) Governança corporativa

O Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base um conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do Banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Apetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill.

O Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela diretoria. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades.

A estrutura de riscos conta com o envolvimento da Diretoria do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN.

O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance, este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles). A Política enfatiza que estar em Compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras.

A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria do Banco. É indispensável que todos os funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo:

I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos.

II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital, Planejamento Estratégico e RAS.

III. Monitoramentos que auxiliam as diversas áreas controlar os processos e verificar limites de atuação.

Todos os monitoramentos de controles internos e gestão de riscos ficam à disposição das auditorias internas e externas e aos órgãos reguladores. A diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e, quando cabível, pela tomada de decisões reparatórias.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(Em milhares de reais - R$)

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturados, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN n° 4.557/17 e Resolução CMN n° 4.943/21, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da diretoria. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Diretoria e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resolução CMN n° 4.955/21, Resolução CMN n° 4.958/21, Circular BACEN n° 3.675/13 e Circular BACEN n° 3.754/15.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturados, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar diariamente os riscos associados ao risco de liquidez, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Risco Social, Ambiental e Climático

O Risco Social, Ambiental e Climático são potenciais danos gerados a sociedade e ao meio ambiente e podem ter origem em setores variados. O Banco Cargill avalia o risco social, ambiental e climático de seus clientes, de novos produtos e serviços, de suas atividades e negócios sempre pautado pelos princípios da proporcionalidade e da relevância. Por meio dos mecanismos de Know Your Customer (KYC) e Due Diligence, busca-se conhecer o potencial cliente, evitando o relacionamento com indivíduos e entidades que contrariam os princípios éticos do Grupo Cargill e Banco Cargill. Ainda, para garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controle acima, o Banco Cargill monitora periodicamente os seus clientes.

(g) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

O objetivo principal do gerenciamento de capital é garantir que se cumpram os requerimentos de capital impostos externamente e proporções de capital compatíveis e saudáveis com fins de suportar seus negócios do Banco.

A Diretoria do Banco Cargill garante o processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(h) Índice de Basileia

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	469.979	468.261
Patrimônio de Referência (PR)	840.632	811.912
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	51.359	41.030
Valor total da parcela RBAN	13.761	3.570
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	**777.523**	**759.175**
Índice de Basileia (PR ÷ RWA)	178,87%	173,39%
Índice de Basileia Amplo (PR÷((RBAN÷F)+RWA))	130,94%	158,30%
Fator "F" (Resolução CMN n° 4.958/21)	8,00%	8,00%

(i) Divulgação das informações referentes à gestão integrada de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão integrada de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br (não auditado) no menu "Governança Corporativa", em "Relatório de Gestão de Risco".

(Em milhares de reais - R$)

(j) Análise de sensibilidade

Seguem os possíveis impactos no resultado gerados pelas operações com instrumentos financeiros, que expõe o Banco a riscos oriundos de variação cambial e de taxa de juros, com base nos cenários e exposições abaixo.

(I) Variação cambial

	Cenários - Jun/2024				
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Futuro dólar	53.250	13.312	26.625	(13.312)	(26.625)
Exposição patrimonial	(40.255)	(10.064)	(20.128)	10.064	20.128
	12.994	**3.249**	**6.497**	**(3.249)**	**(6.497)**

	Cenários - Dez/2023				
	Exposição	25%	50%	(25%)	(50%)
Futuro dólar	(38.952)	(9.738)	(19.476)	9.738	19.476
Exposição patrimonial	60.639	15.160	30.320	(15.160)	(30.320)
	21.687	**5.422**	**10.844**	**(5.422)**	**(10.844)**

São considerados quatros cenários que refletem os movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

- **Cenário (I):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 25% na cotação do dólar de 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023;
- **Cenário (II):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de 50% na cotação do dólar de 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023;
- **Cenário (III):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (25%) na cotação do dólar de 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023;
- **Cenário (IV):** Para análise de sensibilidade das operações com risco cambial aplicamos choques de (50%) na cotação do dólar de 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023.

(II) Taxa de juros

	Cenários		Cenários	
	Jun/2024		Dez/2023	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	796.516	(153)	778.273	(164)
DI Futuro	(193.696)	(150)	(202.420)	(130)
	602.820	**(303)**	**575.853**	**(294)**

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como, por exemplo, a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação à mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos base) para mais e para menos nas exposições existentes em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R$ 1.906 em junho de 2024 (R$ 18.496 em dezembro de 2023) refere-se na sua totalidade às ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

(i) Fundo de Pensão

O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinador de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

(ii) Planos de Saúde

O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com coparticipação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais.

(Em milhares de reais - R$)

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

20. OUTROS ASSUNTOS

Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*).

O Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 foi aprovado pela Administração em 7 de junho de 2022 e está estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança e identificar aspectos sistêmicos.

Em dezembro de 2023, o Banco finalizou a fase de diagnóstico que avaliou todos os impactos sistêmicos e vai direcionar a fase de implementação que teve início em janeiro de 2024.

A fase de implementação que ocorrerá ao longo do ano 2024 cobre principalmente a revisão de políticas, modelo de perda esperada e fluxo do processo das operações de crédito. Durante essa fase, os sistemas que processam as operações do Banco serão avaliados e adequados para as novas exigências da norma.

A Administração entende que o plano de implementação será concluído até a data de entrada em vigor da norma, em 1° de janeiro de 2025.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024.

DIRETOR PRESIDENTE
Paulo Humberto Alves de Sousa

DIRETORES
Alvaro Luiz de Rezende Puech
Juliana da Silva Carvalho
Sandra Milena Munoz Acosta

CONTADOR
Marcelo Pongeluppi
CRC 1SP212314/O-4

Aos acionistas e aos administradores do
Banco Cargill S.A.
São Paulo – SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Luciana Liberal Samia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Cargill

Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria_banco@cargill.com
www.bancocargill.com.br

LUZ PUBLICIDADE